



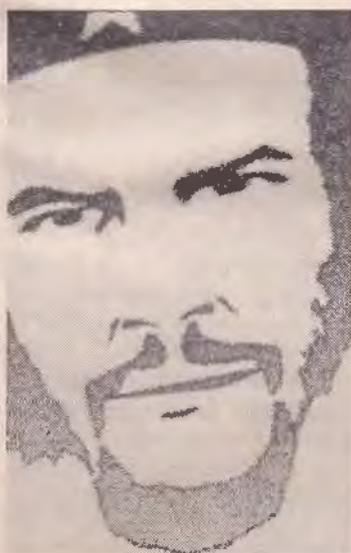
EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO IX - Nº 138 - 1ª QUINZENA DE SETEMBRO DE 1997 - R\$ 1,00



**Um balanço das greves das PMs:
O erro das correntes que se
colocaram contra o movimento.**



**A crítica
programática
do POR ao
foquismo hoje**

**6º Congresso Nacional da CUT:
Um Congresso que desarma
os trabalhadores para responderem
à ofensiva capitalista e mantém
a central como ponto de apoio
do colaboracionismo reformista.**

**Governo aumenta repressão
contra as lideranças do MST.
É necessário lutar
em defesa de Rainha e Stedile!**

A Quinzena de Luta do Movimento Operário

"Se a empresa não negociar, talvez a gente não consiga segurar a categoria". Esta afirmação é do diretor da Fentect (Federação Nacional dos trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos), Sebastião Rodrigues da Cruz, na imprensa burguesa. Esta aí a confirmação da política levada pelas direções do movimento operário. Segurar a greve da categoria, negociando propostas patronais de participação no lucro, programa de demissão voluntária, cesta básica, etc.

Os trabalhadores estão interessados em aumento real de salário, na reposição das perdas, salário mínimo real (os que recebem os menores salários acumulam perda até maio de 97 de 14,8%), ter direito ao trabalho, aposentadoria, moradia, assistência médica e ensino público gratuito para toda a família, em manter suas conquistas sociais. Em que estão interessados os dirigentes sindicais? Porque não defendem os interesses dos trabalhadores?

Acontece que se formou uma casta burocrática dentro dos sindicatos. Transformaram-se em funcionários sindicais, possuem os melhores salários, permanecem anos e anos como dirigentes, abandonam a profissão que os colocou como representantes da categoria, alguns são vereadores, são candidatos e se utilizam do aparelho (sede, telefones, automóveis, gráfica, viagens) em benefício próprio, como trampolim carreirista. Não voltam mais para a fábrica ou para o local de trabalho "para trabalhar".

No 6º Congresso Nacional da CUT, 61% dos delegados eram dirigentes sindicais en-

quanto a base representava apenas 4% (pesquisa do perfil dos delegados com 73,5% dos questionários apurados).

A representação de apenas 4% da base num congresso nacional é o exemplo de que a CUT e sindicatos não estão nas mãos daqueles que efetivamente trabalham, que são explorados pelos patrões, que estão ligados à produção.

Os trabalhadores para defenderem seus interesses imediatos terão de passar por cima da política de colaboração com os patrões, afastar essa camada burocrática que se apoderou de seus sindicatos e construir uma direção revolucionária nos sindicatos que defenda um plano de lutas contra o arrocho salarial e o desemprego. Um programa que defenda a) redução da jornada de trabalho, sem redução do salário, b) salário mínimo real, c) educação e saúde pública, para todos os trabalhadores, d) defesa do estatismo sob controle operário, contra as privatizações e o capital estrangeiro.

* Os 78 mil carteiros, em campanha salarial, reivindicam 21,39% de reposição, 5% de aumento real.

* Operários da Sancar, de Santo André, em greve por Participação nos Lucros e Resultados e melhoria na alimentação.

* Operários da construção civil da Viana Engenharia, da DPM Construtora, NTS Comércio e Serviços e Frankon em greve contra o atraso dos salários no mês de julho.

* Trabalhadores da Leite Vigor fazem protesto reivindicando equiparação salarial e antecipação da 1ª parcela da PLR.

* Químicos da Glasurit desligam máquinas e equipamentos em protesto contra demissão do diretor sindical e companheiro da comissão de fábrica por causa de greve por PLR.

* Gaseiros da Copagaz, em Santo Amaro, fazem assembléia na porta da fábrica e votam pela greve.

* Gráficos da Inbrac fazem greve contra o não pagamento da 2ª parcela da PLR, não depósito do FGTS e exigindo registro em carteira de todos os trabalhadores.

* Coureiros fazem assembléia e rejeitam proposta patronal de 3,41% de reajuste e piso salarial de R\$ 270,00. Eles reivindicam reposição da inflação, 10% de aumento real, PLR de R\$ 600,00.

* Metalúrgicos da Bilbao, no Ipiranga, continuam em greve contra o calote dos patrões no salário de junho

e julho.

* Petroleiros em campanha salarial reivindicam 7,49% de reposição e 20,14% de produtividade.

* Metalúrgicos da Fivelbela fazem greve de dois dias contra atraso no pagamento do FGTS.

* Bancários reivindicam 23,8% de reajuste salarial: 7,54% de reposição salarial, 11,63% de produtividade, resíduo de 3,14% referente à campanha salarial de 96. Reivindicam também 25% do lucro dos bancos (em 1996, os nove maiores bancos obtiveram lucro líquido de R\$ 2,2 bilhões), auxílio-educação. Desde o Plano Real 158 mil bancários ficaram desempregados.

* Metalúrgicos da Indústria Verolme Ishibrás, em Angra dos Reis, ocupam o estaleiro com seus familiares contra o desemprego dos operários (fim das obras) e impedem que o lançamento da plataforma no mar. Policiais foram chamados para reprimir o protesto.

* Operários da Arcebi continuam a greve exigindo a readmissão de companheiro com mais de 20 anos de trabalho.

Sem-terra:

Construir os comitês de auto-defesa

* Os sem-terra do Acampamento 8 de Março, que ocuparam a Fazenda Mestiço, em Itaquiraí, MS e retiveram o gado em troca de cesta-básica estão hoje num assentamento provisório. Somente quando mataram 42 reses e distribuíram a carne para se alimentarem e formavam hortas comunitárias foi que o Incra se prontificou a negociar o envio de cesta-básica. A direção do MST negociou a liberação do gado e a retirada pacífica dos sem-terra. Logo, os animais foram transferidos para outra pastagem, pois, segundo o capataz, eles corriam o risco de morrer de fome ali.

A ocupação da terra com a apropriação do gado e a possibilidade das máquinas agrícolas também fez com que o Incra se manifestasse em defesa da propriedade latifundiária.

Pontal do Paranapanema

Desde fevereiro, a coordenação do MST fez um acordo com o governo de esperar a reforma agrária sem ocupar terras na região. Cansados de esperar pelas desapropriações de terras improdutivas, o coordenador regional, Walter Gomes, anuncia a retomada das invasões e as fazendas a serem ocupadas: Santa Irene e São Domingos em Sandovalina, Santa Rita, em Mirante do Paranapanema e Santa Ma-



ria, em Teodoro Sampaio. Existem 3 mil famílias cadastradas pelo Incra. No dia seguinte, o governo noticia que deu início ao processo de desapropriação. Novamente as ocupações foram canceladas e a assembléia dos sem-terra transformada em festa comemorativa. O coordenador diz: "Não vamos invadir o que já é nosso".

Do outro lado, os integrantes da UDR se armam para reprimir as ocupações, discutem a formação de brigadas de fazendeiros e jagunços para protegerem as propriedades, organizam pedidos conjuntos de proteção aos policiais, juizes e promotores. A PM montou um esquema de segurança, com bloqueios na estrada e apreendendo as ferramentas dos sem-terra que se dirigiam para a assembléia.

* Sem-terra do Pontal ocupam terras devolutas nas Fazendas Maturi 1, em Caiuá e Primavera 1, em Presidente Wenceslau

* Dois sem-terra são feridos na

Fazenda Santa Júlia, em Ivinhema. Foram recebidos à bala pelo fazendeiro. Um grupo de 126 famílias de sem-terra foram recebidos

* Há um ano, 300 famílias estão acampadas em área do Engenho Bonito, em Condado. As terras foram consideradas improdutivas, mas proprietário apresentou projeto de reflorestamento de bambu aprovado pelo Ibama. Para pressionar a desapropriação cerca de 50 sem-terra ocuparam sede do Incra no Recife.

* 2.600 famílias que ocupam a Fazenda Capão Leão, em Santo Antônio das Missões, RS decidem continuar na área até que o Incra apresente programa de assentamentos.

* Sem-terra foi baleado na cabeça e está internado na UTI. Os sem-terra preparavam a terra para plantio de feijão quando seguranças da Fazenda Salviero, em Nova Cantu, PR chegaram atirando. Eles ocupam fazenda desde 26 de julho.

* Professores estaduais do Rio de Janeiro fazem greve de 24 horas contra o atraso no pagamento do 13º.

* Professores e funcionários da Universidade Federal do Rio de Janeiro fazem protesto contra a falta de recursos na universidade e exigem o pagamento dos 28% de reajuste concedidos aos funcionários federais no governo Itamar, pois só receberam dois meses com o reajuste.

* Em São Paulo, alunos, professores e pais protestam contra a ameaça de fechamento das escolas estaduais "Isai Leirne", na Vila Invernada, "Ana Teixeira Prado Zacharias", no bairro Santa Clara e "Theodoro de Moraes", na Água Rasa.

Nacional



Cartas

Mais pobres perdem 14,8% de renda

Os 10% mais pobres do Brasil já acumulam uma perda de 14,8% só no ano de 1997. Em dezembro de 1996, o valor máximo pago a este setor era de R\$ 177,00. Em maio, chegou a R\$ 151,00.

Na média geral, os salários da população ativa na Grande São Paulo caiu 2,7% no ano.

O crescimento da oferta de vagas nas contratações sem carteira e no trabalho autônomo, especialmente no setor de serviços, contribui para a tendência de redução salarial.

Mais de 50% dos acordos salariais do ano passado não conseguiram repor a inflação acumulada, o que comprova que o congelamento salarial é uma das bases do plano Real.

Mais um golpe do governo burguês

O documento intitulado "O Brasil na Virada do Milênio" é mais um dos instrumentos falsos do Governo burguês para manipular os trabalhadores quanto a possibilidade do país superar o Caos que vem passando.

De acordo com o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA -, Fernando Rezende, e do ministro do Planejamento, Antônio Kandir, o Brasil pode repetir o "milagre econômico" da década de 70. Para tanto, bastaria que fossem aprovadas as reformas na Constituição e que fosse mantida a atual política para a economia. Segundo o documento, o "sucesso" da política econômica depende do "humor" dos investidores estrangeiros.

Os técnicos do IPEA, argumentam que, para o Brasil chegar a 2006 com 7% de crescimento anual, será preciso aumentar a produtividade da indústria, e que esse aumento só será possível com a participação do governo que deverá criar mecanismos de financiamento e de incorporação de tecnologia, apoiando a produção de máquinas e equipamentos.

O ministro do planejamento confirma o quadro dos economistas do IPEA e ressalta que as exportações terão de crescer 7,5% ao ano até o final dos anos 90 e aumentar cerca de 12% entre 2000 e 2002.

O IPEA avalia ainda que os empresários poderão contar com a redução nos juros, para menos de 13% ao ano a partir de 1998, e que essa queda será garantida à medida que o governo conseguir equilibrar suas contas, beneficiado com as reformas administrativas (que reduzirá o custo de pessoal e previdência).

Não há dúvida que o governo burguês se curva diante dos países imperialistas e arrasta a massa de trabalhadores para a morte.

São necessárias medidas imediatas para despertar os trabalhadores contra todas as manobras sujas do governo burguês, que faz do Estado um "braço" político e econômico do capital, destruindo sem piedade a força viva de trabalho e subjugando os que conseguem manter-se trabalhando, submetendo-os a uma política que favorece a burguesia nacional e ao capital internacional.

Faz-se necessário a defesa da Ditadura do Proletariado e um despertar das massas sobre a importância de lutar sem tréguas contra o capitalismo que agudiza em sua crise.

Fonte: Jornal Folha de Londrina - Folha Economia - em 24 de julho de 1997, pág. 02.

ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

Um Congresso oposto às necessidades das massas exploradas

O 6º Congresso Nacional da CUT, realizado de 14 a 17 de agosto, contou com a presença de 2139 delegados. A sua grande maioria se constituía de dirigentes de sindicatos e de servidores públicos federais, estaduais, municipais, bancários etc. A representação de base dos operários e camponeses era extremamente minoritária. Essa composição social por si só mostra o distanciamento da CUT das bases proletárias e a influência decisiva da pequena burguesia e da casta burocrática.

O conteúdo do Congresso se expressou, logo de início, na presença de representantes do governo, Sr. Barelli - Secretário do governo Covas, de dirigentes da Ciosl e Orit (Central internacional pró-imperialista), da FSM (uma Central mundial que muito serviu à política estalinista), Igreja etc. Tais presenças foram provas físicas do caráter conciliador e colaboracionista da direção da CUT, assumido pelo 6º Congresso.

Destacou-se o eleitoralismo petista da grande maioria dos delegados. A presença de Lula teve a função de fazer do Congresso um dos primeiros passos da campanha eleitoral de 98. Os gritos de "Lula Presidente" por boa parte do plenário expuseram o sentido principal do Congresso para as forças majoritárias. A tese da Articulação delimitou a linha no rumo de colocar a CUT a serviço das eleições presidenciais.

O resultado do Congresso esteve determinado de antemão pela presença majoritária da Corrente Articulação e pela imposição da tese-guia, elaborada pela direção da CUT. As emendas, contidas no caderno, eram aquelas

que obtiveram mais de 20% nos congressos estaduais. O que impossibilitou a atuação no Congresso dos delegados que não tinham emendas no tal caderno. Qualquer moção deveria conter 150 assinaturas de delegados para que pudessem ser encaminhadas à mesa. Esse mecanismo de tese pronta e de emendas aprovadas nos estados impediram o direito democrático elementar de delegados de se expressarem nas plenárias do Congresso.

As correntes que conseguiram emendas em alguns estados puderam fazer o debate de surdos. Isso porque o voto da maioria já estava assegurado. Dessa forma, só foi incorporado à tese da direção aquilo que a Articulação considerou que não feria o conteúdo da mesma. As votações em urna só foram possíveis através de um acordo entre todas as correntes e, mesmo assim, a Articulação conseguiu vencer, ainda que com uma margem pequena de votos.

No decorrer de quase todo o Congresso, o PSTU (MTS), Alternativa Sindical Socialista (ASS), Corrente Sindical Clássica (CSC) e O Trabalho atuaram de forma conjunta, fundindo emendas e dividindo intervenções em plenário. Parecia prestes a se conformar um grande bloco das chamadas esquerdas para a disputa da direção da CUT. Porém, ao apresentar o Plano de Lutas, a Articulação propôs a elaboração de um plano de consenso. Tentativas foram feitas e, no final das contas, a Articulação conseguiu atrair a CSC (PCdoB) e ASS para sua proposta de ação. Correntes estas que durante todo o Congresso posaram de oposição e que estiveram alinhadas ao bloco de esquerda.

O PSTU ficou de fora com o argumento de que era preciso apontar a data para a greve geral, por isso se absteve. É prática do PSTU procurar a unidade com a burocracia. No CECUT-SP aceitou o Plano de Luta da Articulação em nome da unidade. Certamente, os centristas devem ter sofrido grandes pressões de suas bases para não negociarem o acordo em torno do Plano de ação. A história da greve geral foi apenas um alibi. Ainda que a burocracia admitisse colocar o dia da greve geral, os revolucionários não poderiam compor um acordo com uma corrente que havia acabado de aprovar uma política de conciliação de classe e que por sua prática anterior vinha colaborando com o Plano Real e as Reformas.

O Plano de lutas referendou a política que já vinha sendo praticada pela Central. Novamente, o lengalenga das caravanas a Brasília para pressionar o Congresso contra as Reformas Constitucionais esteve presente. Segue a isso

um conjunto de bandeiras genéricas, a exemplo de "impulsionar as lutas sociais, intensificar a campanha contra o desemprego, avançar rumo à greve geral etc". Não deixaram de frisar a campanha da cidadania, no estilo daquela realizada pelo mentor Betinho. Em seguida, propuseram um calendário de datas: 7 de setembro, como o "grito dos excluídos" e 16, dia do julgamento de José Rainha, como sendo um dia nacional de luta (paralisa as atividades para pressionar a Justiça quem quiser). Como se vê, os trabalhadores estarão à mercê dessa política de não enfrentamento ao Plano antinacional e antipopular do governo, bem como do método de ação estranho à classe operária, ou seja, das negociações, dos fóruns tripartites, das caravanas inócuas etc.

Para surpresa de uma parte do plenário, surgiram 5 chapas para a direção da Central. O que expressou a falsa unidade no conteúdo oposicionista do bloco. Basta que lembremos que a maioria das emendas foi fundida e defendida por várias correntes políticas. A chapa "Articulação Sindical" obteve a maioria dos votos (52%). A chapa "Unir à esquerda da CUT", composta pelo PSTU, ASS e alguns grupos menores obteve 30,28%. A chapa do PCdoB "Classista", conseguiu 13,58%. O Trabalho concorreu com a chapa "CUT fora do CNTb para derrotar FHC" teve 4,14% dos votos. E a chapa "Por uma alternativa revolucionária para o movimento operário", formada pela LBI, Liga, Coletivo dos Trabalhadores teve uma votação insignificante. O Partido Operário Revolucionário se negou a discutir a composição de chapa com a LBI pelo fato dessa corrente lançar difamações contra os poristas (leia a carta de denúncia contra a LBI). Quinze foram os votos nulos e brancos.

A tarefa de organizar o movimento operário e das massas para pôr abaixo o Plano antinacional e antipopular e o governo dos capitalistas ficou totalmente à margem do Congresso. O bloco de esquerda foi inclusive incapaz de se unificar em torno desse objetivo. As propostas de frente tanto da Articulação/CSC quanto do PSTU estiveram voltadas às eleições presidenciais. Nem de longe, expressaram uma diretriz de combate através da ação direta para derrotar o Plano de fome e miséria. A burocratização dos sindicatos e da CUT bloqueou a possibilidade de um Congresso de base e revolucionário. As deliberações do Congresso e as diretrizes políticas estão em total contradição com as necessidades das massas exploradas. As lutas vindouras estarão em choque com a burocracia e com as resoluções aprovadas no 6º Concult.



Crise econômico-financeira e entreguismo pró-imperialista

Os analistas burgueses já não estão tão seguros quanto à estabilidade do Plano Real. Há os mais otimistas, ligados diretamente ao governo, que reconhecem as dificuldades advindas do déficit de mais de 30 bilhões em conta corrente, que inclui a diferença entre importação e exportação, pagamento de juros e amortização da dívida externa, remessa de lucro das multinacionais etc.

Há os mais pessimistas, que já admitem uma possível quebra se o governo não desvalorizar o câmbio, para assim reduzir as importações e aumentar as exportações, e reduzir as taxas de juros para não mais inibir o crescimento. Agrega-se ao desequilíbrio cambial o crescente déficit fiscal, que resulta da diferença entre o que o governo arrecada e o que gasta. Somando os déficits fiscal e de conta corrente, é que se vê o prenúncio da tempestade que se aproxima e que certamente naufragará o Plano.

Os governistas respondem aos pessimistas que há margem para se proteger a estabilidade. Prevêem a entrada de cerca de 80 bilhões de Reais com as privatizações no prazo de alguns anos. Somente com o sistema Telebrás, em fase de desestatização, contribuirá com 20 bilhões. Por outro lado, as reservas cambiais estão em 62 bilhões de dólares, que dão garantia à moeda nacional atrelada ao dólar. Quanto ao crescimento, a previsão é de cerca de 4%, razoável segundo os governistas para a continuidade do Plano.

Os pessimistas contra-argumentam com o crescimento constante dos déficits, com a presença de tendências desaceleradoras da economia e com os exemplos de quebras no sudeste asiático (os famosos tigres asiáticos). Insistem que a solução está no próprio plano, bastando apenas uma revisão.

Só há um aspecto que nem os otimistas e pessimistas burgueses podem tocar: a vantagem do brutal arrocho salarial para os capitalistas e a miséria dos trabalhadores. Vantagem essa que tem de ser mantida para garantir o artificioso Plano Real.

O que então vemos nesse entrevero interburguês? Constatamos que todos estão de acordo que o Plano deve subsistir às custas da entrega das estatais para o grande capital internacional e seus sócios nacionais, manutenção do arrocho e pagamento

da fabulosa dívida interna e externa. Apesar das nuances quanto se se deve ou não desvalorizar o Real para melhorar o câmbio e reduzir o déficit comercial, iniciar ou não imediatamente a tal da reforma fiscal e se se deve reduzir as taxas de juros, todos se perfilam em torno das privatizações e da abertura comercial. A abertura provoca dissensão apenas quanto ao ritmo e o grau.

Esta polêmica reflete não só conflitos interburgueses em torno das diretrizes econômicas mas principalmente o tremendo impasse da burguesia em implantar um Plano ditado pelos interesses das potências imperialistas. De tais discussões e das crises recentes na Ásia, onde está a essência do problema da chamada estabilidade? Está na gigantesca dependência dos países semicoloniais ao capital financeiro internacional, que como tal é parasitário e especulativo. As reservas cambiais, as atividades na Bolsa e outros negócios especulativos estão diretamente influenciados pela massa de capital volátil, que se apropria de altas somas facilitadas pelas taxas de juros.

As experiências na América Latina mostram que o capital financeiro agitado e sem aplicação direta na produção pressiona as frações das burguesias semicoloniais a aumentarem o endividamento e a entregarem parte do patrimônio nacional. Os acordos referentes à dívida externa, sempre acompanhados com o argumento de reduzi-las e estabilizar o país, resultam invariavelmente em quebraadeiras e aumento da dependência às potências. As estatais são entregues, indústrias de base nacional são absorvidas, quando não fechadas, e o endividamento aumenta. E as massas já sacrificadas recebem mais uma descarga da anarquia capitalista.

Esse é o rumo do Plano Real. O seu horizonte está cada vez mais fechado. O governo FHC, com apoio do imperialismo, pode manejar com as privatizações, manobrar com o grau de abertura e até com as taxas de juros. Porém, não fará senão aproximar cada vez mais a desintegração do Plano. Esta é a tendência predominante. Em sua base está o choque entre as forças produtivas e as relações capitalistas de produção sob a forma monopolista.

Todos reconhecem que os 4% de crescimento é irrisório pela condições

materiais e humanas do Brasil. O que quer dizer que as forças produtivas estão bloqueadas pela crise mundial de superprodução e pelo domínio monopolista interno da economia brasileira pelo capital imperialista. Há ainda um outro lado do problema. Os 4% estão em grande medida determinados pelo incentivo ao endividamento da classe média e da camada operária que recebe acima da média e pela abertura das importações. Já se assinala um esgotamento em ramos fundamentais como automobilístico e de eletro-eletrônicos, atingidos por um grande excedente de produção. O governo afirma que o crescimento se sustentará por outra via. Pelo incentivo dos bens de produção, motivados pelas aplicações do capital internacional em ramos como telefonia, infraestrutura etc, que estão sendo privatizados. Entretanto, não se aventura a avaliar a durabilidade e nem a estabilidade, tendo pela frente a crise de superprodução nos setores acima mencionados.

O governo joga com a manutenção dos 4%. Uma queda brusca nesse índice, despedaçará o Plano. Os especuladores internacionais que patrocinam a política econômica de FHC têm interesse nas altas taxas de juros até o ponto em que os indicadores dizem que o país poderá continuar a sustentar a agiotagem. Tudo indica que o fôlego dos 4% começa a se esgotar com os excedentes encalhados e com o rebaixamento salarial provocado pela ausência de reajustes ou por estarem abaixo da in-

Nacional



flação. Acresce-se a isso o aumento constante do desemprego.

A análise das tendências da crise e do conseqüente agravamento do choque interburguês é importante para levantar as bandeiras de luta, ajustar a tática e compreender o curso que as massas tomarão. O governo

jogou com a queda da inflação e com as ilusões de melhoria daí decorrentes. As camadas atingidas imediatamente com o desemprego e pelo arrocho arcaram momentanea-

mente sem grandes lutas devido à política da burocracia sindical. Não que não houvesse resistência. Houve, mas foi sufocada pelo colaboracionismo da CUT e Força Sindical, dirigidas pelo reformismo e pelo direitismo.

As massas, com base nas experiências próprias, tendem a mudar de atitude. As pressões para a quebra do imobilismo sindical se farão cada vez mais presentes. E as bandeiras contrapostas ao Plano poderão ganhar maior amplitude entre os trabalhadores. Trata-se de trabalhá-las para pôr abaixo integralmente a diretriz pró-imperialista.

A constituição de uma Frente Única Antiimperialista contra o governo, o Plano e o conjunto burguês que se prostrou de joelhos perante às potências é a forma de materializar a luta conseqüente contra o capitalismo. E toda militância de fato classista deve se aglutinar em torno da tarefa de constituição do partido revolucionário, sem o qual o Plano poderá quebrar muitas vezes e as massas poderão reagir instintivamente, sem contudo poder avançar a tarefa estratégica de derrubar o governo burguês e implantar o governo operário e camponês (ditadura do proletariado).

O PT e seus governadores

A que leva o reformismo

Há muito temos combatido a política pró-capitalista do PT e nos contapostado com a tarefa de organizar o movimento operário sob bases revolucionárias. O que significa construir o Partido Operário Revolucionário. Os militantes petistas e simpatizantes eleitorais que não querem ver a realidade se surpreendem com certos acontecimentos.

Exemplos: 1) O governador de Brasília

desencadeou uma brutal repressão policial aos que lutam pela moradia e aos ambulantes; 2) O do Espírito Santo acaba de deixar o PT porque perdeu a maioria no Diretório Estadual e porque a esquerda oposicionista interna o tem denunciado por pretender aplicar o Plano neoliberal de FHC; 3) O prefeito de esquerda em Porto Alegre, identificado com a DS, já mostrou que fará uma administração adaptada ao capitalismo e à democracia burguesa; 4) Em Santo André, o prefeito petista demite funcionários e promove privatizações; 5) O ex-prefeito de Ribeirão Preto foi muito elogiado pela burguesia porque ousou privatizar e terceirizar os serviços públicos; 6) Em Diadema, nem

se fala, as camarilhas disputam o poder à base da corrupção. E por aí vai.

Não é de estauhar o caso da CPEM envolvendo altos dirigentes do PT. E muito menos a farsa da Comissão de Ética, que procurou livrar Lula de responsabilidades.

Esse quadro tétrico esquadrinhado pelo reformismo não é obra pessoal de governadores e prefeitos. Ele expressa a política reformista de dirigir o capitalismo em crise. O reformismo da época imperialista não tem nada de progressivo. É reacionário porque está voltado a combater a revolução proletária e a manter o capitalismo imerso na barbárie social.

Mais um novo partido de "centro-esquerda"?

A tentativa do PPS (antigo Partido Comunista Brasileiro) de se unificar com o PSB e tentar englobar, neste "novo partido", os descontentes do PSDB, do PDT e do PT, demonstra a necessidade de um setor minoritário da burguesia reforçar a alternativa da Frente Popular nas próximas eleições, arrastando o PT para uma aliança mais ampla, como já defendem alguns setores do reformismo.

É também uma tentativa de pressionar a ala direita do PT para que esta consiga controlar a sua ala esquerda, mostrando que se

não o fizer poderá perder muitos de seus militantes com cargos no aparato estatal.

De fato, tanto Vitor Buaiz (ex-PT), Jaime Lerner (ex-PDT), e Ciro Garcia (ainda no PSDB) tentaram e ainda tentam usar a fundação deste "novo partido" para barganhar no interior de seus respectivos partidos a linha a ser seguida.

A fusão dos ex-"comunistas" com o PSB foi a evolução da linha estalinista da formação de uma estrutura ampla de frente popular depois do golpe de 64, a chamada Frente Democrática Antiimperialista, que na época consistia de uma aliança com todos os setores da burguesia nacional descontentes com a ditadura. Tinha como objetivo que, com seu crescimento pouco a pouco, poderia desgastar a sustentação política do regime militar, utilizando-se essencialmente do parlamento e canalizar

o movimento sindical para a pressão parlamentar.

Hoje, esta política coloca uma fusão com um setor desta burguesia dita nacionalista no PSB.

Como podemos constatar, a evolução do PPS para a fusão com o PSB mostra como o estalinismo chega às últimas conseqüências em sua política de ser um alicerce destes setores burgueses minoritários.

Esta união, se for avante, continuará ainda sendo minoritária, não poderá superar os problemas colocados pela atual linha política seguida pela aliança governista, nem muito menos romper com o processo de recolonização imposto pelo imperialismo.

Ou seja, será apenas mais um aparelho para que os setores regionais descontentes com seus partidos possam continuar a se acomodar.



Uma Posição Reacionária diante da Greve das PMs

Com a bandeira de "nenhum apoio à greve das PMs", o agrupamento LBI mostrou sua face sectária. De um lado, o palavreado esquerdista, de outro uma bandeira direitista. É típico das seitas mesclar o verbalismo radical com conclusões reacionárias.

Eis as razões manejadas pela LBI para justificar a bandeira de "nenhum apoio às greves das PMs":

1º) "as greves na PM representam uma crise estratégica de sustentação do próprio regime capitalista, onde a burguesia perde temporariamente o controle dos responsáveis justamente pela repressão ao movimento operário e as revoltas populares." 2º) "Elas nada têm a ver com a luta contra o arrocho salarial e por melhores condições de trabalho das massas trabalhadoras." 3º) "Bons salários e reequipamento das polícias militares significam, na verdade, melhores condições para enfrentar e reprimir o movimento operário". 4º) "Apesar das greves das polícias potenciarem um quadro de desagregação do Estado burguês em um setor vital, como das forças repressivas, não é apoiando as reivindicações da polícia, a melhor forma de acelerar a fissura aberta no seio das próprias classes dominantes. É necessário estabelecer uma política independente do movimento operário em relação aos seus inimigos de classe".

Creemos ter transcrito os principais argumentos da LBI para se contrapor à greve da PM. Há outros, mas são apenas decorrentes. Um militante revolucionário ou mesmo um leitor minimamente sagaz que acompanha os acontecimentos logo verá o subjetivismo de tais argumentos e o esquematismo das proposições. Respondamos a cada um dos argumentos.

O primeiro deles é incompreensível. Diz que as greves na PM representam "uma crise estratégica de sustentação do próprio regime capitalista." O que é que significa tal crise estratégica? Quer dizer que a burguesia ou uma fração burguesa provocou as greves na PM? Significa que o Alto Comando desencadeou a dita crise estratégica? Se disserem que sim estarão falando besteira. Certamente, a LBI não saberá explicar o que é que colocou no papel. O problema está que não foi capaz de analisar concretamente as razões da explosão grevista por todo o país. Chegou a expor a falência dos estados, referiu-se à "penúria dos servidores públicos", ao Plano Real etc. Entretanto não foi capaz de estabelecer as devidas conexões e chegar à essência do problema. Ou seja, não pôde ver que o fator central que levou as PMs e a polícia civil à greve foi a miséria da maioria dos policiais. Os policiais rasos sempre ganharam mal, mas com o Plano Real a situação se agravou de forma insustentável. A greve foi essencialmente por reajuste sala-

rial. Eis por que o movimento se chocou abertamente contra a política econômica do governo e abriu um princípio de desagregação da hierarquia totalitária-militar da polícia. Nestas condições, não defender a greve significa se colocar ao lado do governo obstinado em manter a estabilidade de seu plano já bastante abalado. Como se vê, aí reside o principal ponto de conflito entre o governo federal e os governadores em relação às reivindicações das PMs e a greve. É claro que os espertalhões da LBI, com seu radicalismo universitário, não puderam enxergar tal contradição.

O segundo argumento que se refere à distinção entre o descontentamento dos trabalhadores e os das PMs é artificial. O problema não está em colocar um sinal de igualdade entre a luta dos trabalhadores contra o arrocho salarial e por melhores condições de trabalho com os das PMs. Trata-se, sim, de identificar se as reivindicações contra o arrocho salarial e a miséria dos soldados rasos estão em choque contra o Plano Real e a opressão burguesa ou não. Como a LBI responderia tal pergunta? É provável que daria voltas montada em seu academicismo esquerdista. Os fatos mostraram que os governos federal e estaduais tomaram a mesma posição contra as reivindicações e pela derrota das greves para protegerem o Plano Real. E no caso particular de Alagoas o conjunto do funcionalismo saiu às ruas para depor o governador Suruagi. A LBI, se lá estivesse, teria de levantar a bandeira de nenhum apoio à greve reacionária da polícia e fora os policiais da greve do funcionalismo. Logo vemos que a LBI se meteu num caixão sem saída. O argumento de que as manifestações das PMs "nada tem a ver com a luta contra o arrocho salarial dos trabalhadores" não só é um absurdo como é um ponto de vista que acoberta uma tomada de posição reacionária de não apoiar a greve.

O terceiro argumento de que reivindicar salários e melhores condições de trabalho significa fortalecer o aparelho repressivo só pode ser coisa de pelotudos. Inicialmente é preciso colocar os fatos em seus devidos lugares. Os soldados rasos decidiram quebrar a hierarquia, passar por cima da ordem jurídica que lhes impede de fazer greve e afrontar a repressão do governo não devido ao reaparelhamento da corporação, mas sim devido à indignação. É claro que não faltaram oficiais e analistas da burguesia para dizerem que a polícia está mal aparelhada. Afirmar que a greve teve por motivo o fortalecimento da capacidade repressiva da polícia é falsear a realidade e se apoiar nos argumentos dos opositores da greve. Se seguirmos o raciocínio dos LBIs da vida, teremos de defender a miséria dos soldados para enfraquecer o aparelho de repressão. E se os policiais saírem

em greve contra a fome, teríamos de levantar a bandeira de nenhum reajuste aos policiais. Que morram de fome porque é bom para desagregar o aparelho de repressão.

No caso concreto das recentes greves, a LBI teria de dizer isto: contra o reajuste dos salários das PMs e abaixo a greve. Não apoiar a greve é ser contra a greve. É estar contra o reajuste salarial, bloqueado pelo Plano FHC. A LBI não se coloca num hipotético campo de neutralidade com a bandeira de "não apoio à greve reacionária das polícias". Coloca-se sim na posição de ir contra a greve das PMs.

O quarto argumento é um dos testemunhos mais evidentes da estupidez da LBI. Ninguém conseguiria mostrar tão bem sua burrice quanto o próprio redator das posições da LBI. Admite que as greves das polícias potenciaram "um quadro de desagregação do Estado burguês" e conclui que "não é apoiando as reivindicações da polícia a melhor forma de acelerar a fissura aberta no seio das próprias classes dominantes". Ora, se as greves potencializam um quadro de desagregação do Estado burguês, não apoiá-la é apoiar a estabilidade do Estado. Mas a inépcia da LBI se junta ao oportunismo de sua política. Ao dizer que "não é a melhor forma de acelerar a fissura aberta no seio das próprias classes dominantes" expõe toda sua impostura. Suponhamos por um segundo que o argumento da LBI estivesse correto. Qual seria a melhor forma? Os pretensos trotsquistas universitários responderiam: construir os sindicatos vermelhos. É assim que está posto no jornal Luta Operária. Responde com uma tarefa do futuro a um problema do presente. Isso tem a ver com o marxismo? Não, apenas tem a ver com o subjetivismo, bem típico de agrupamento radical-pequeno-burgu

Nacional



ês. Se a LBI não encontra uma melhor forma concreta de acelerar a fissura no seio da burguesia teria de usar a que tem, ou seja, intervir na greve apoiando-a com o programa militar do proletariado. Como o abstracionismo a cegou, a "melhor forma" foi então não apoiar a greve. Perguntamos ao leitor: O governo sorriria ou não para a LBI?

A crítica da LBI ao seu irmão siamês PCO

O PCO tomou a mesma posição da LBI: condenar a greve das PMs. Nada mais justo do que procurar a diferenciação. A pergunta é se a LBI foi consequente nesse objetivo. Dizemos que não, pois deixou de lado o essencial da análise de PCO. E para isso se socorreu do formalismo. Faz duas observações: 1) Crítica a afirmação de que "Azeredo e FHC capitulam". Ironiza: "Ora, só podemos acusar de capitulação forças que se encontram num mesmo campo de luta"; 2) Zomba da caracterização de que "esta greve não foi um movimento de dissolução da PM, ou seja, de caráter progressista." Responde dizendo que é espontaneísmo de PCO achar que "uma greve conduzida por associações reacionárias das PMs pudessem reivindicar sua própria dissolução".

Na primeira "crítica", a LBI foge da conclusão prática a que conduz a explicação de PCO. Ou seja, o governo Azeredo, de Minas, deveria ter derrotado a greve da PM. Como não o fez, capitulou. Para se ter com precisão, vejamos a formulação completa de PCO, que a LBI deixou de lado. Eis a manchete do Jornal Causa Operária: "Azeredo e FHC capitulam". "O mesmo governo que ameaçou usar as baionetas contra o movimento dos sem-terra e reprimiu a greve nacional dos petroleiros se acovarda diante da crise no interior do aparelho de repressão do Estado". A LBI falseia a realidade com formalismos críticos dizendo que só pode haver capitula-

ção entre forças que se encontram no mesmo campo. (O certo seria dizer em campos opostos). O que na realidade ocorreu? Os PMs, ao exigirem reajuste salarial e saírem em greve para obtê-lo, romperam a disciplina da corporação e se chocaram com a política econômica do governo, que responde a uma situação de profunda crise capitalista. O governador Azeredo só atendeu em parte a reivindicação salarial mediante o assassinato de um PM grevista e da ameaça do confronto armado, que poderia abrir caminho para uma grande crise. A posição do governo federal era a de endurecer, colocando o exército. O que aconteceu com as greves que se seguiram nos outros estados? Todos os governadores recrudesceram, como havia ordenado o Planalto. Causa Operária, se fosse consequente com que fala, deveria ter lançado outra manchete: Azeredo capitulou, mas Jereissati, Arraes etc fizeram o que a burguesia sempre faz contra a classe operária, reprimiram os PMs grevistas. Ou então, Jereissati derrotou a greve da PM com a tropa de choque e com o exército nas ruas. Viva a derrota do braço armado da burguesia. Por que então a LBI precisa do formalismo crítico ao PCO? Por que ambas as correntes estiveram pela derrota das greves. A única diferença é que PCO disse com todas as letras sua posição: Azeredo e FHC não deveriam ter capitulado.

O segundo argumento já não é formalista, é tolice. Segundo o Causa só se pode apoiar uma greve da PM se for pela dissolução da PM. A "crítica" de espontaneísmo é fora de lugar. A greve por salários rompeu a hierarquia de comando e momentaneamente dissolveu o controle totalitário do Estado sobre os grevistas. Não por acaso é que o governo recorreu ao exército ou a fração não grevista da tropa de choque, como no caso do Ceará. Como nem o PCO nem a LBI analisam concretamente o que se passou, não puderam ver que a greve trazia em seu bojo um princípio de dissolução. A política revolucionária deveria atuar justamente para desenvolver esse princípio de desintegração, ainda que este fosse tênue, elementar. É claro que a não existência de um partido revolucionário implantado no proletariado e com influência sobre uma parte das bases do exército e da polícia dificultou a ampliação da crise aberta com a greve, que só poderia avançar contra o Estado burguês sob a direção do proletariado. E não será negando o apoio à greve, bem entendido, como a que ocorreu, que interviremos no sentido da dissolução do aparato repressivo e constituição das milícias populares. O esmagamento da greve pelo aparato que se manteve íntegro é que leva ao fortalecimento do Estado. E não a vitória do movimento, como dão a entender os irmãos siameses. A prisão de grevistas, ocupação policial das associações, exoneração daqueles que reagiram à repressão e toda investida

do governo para enquadrar legalmente os chamado motins vem no sentido de disciplinar as tropas e extirpar os riscos de nova crise, perigosa para a integridade do braço armado da burguesia. Nada disso foi entendido pelos sábios do "trotsquismo". Falam em dissolução da polícia, mas não agem corretamente quando as contradições capitalistas atingem o aparelho de repressão e põe na ordem do dia a ruptura da hierarquia militar.

A crítica da LBI ao POR

No Massas 136, fizemos um longo artigo de análise do movimento grevista das PMs, no qual deixamos clara a posição revolucionária. No entanto, a LBI a desconheceu totalmente. Apegou-se apenas a duas afirmações que fora de contexto parecem contraditórias. É a famosa pinçada típica de manobristas, safados. Mas esse artifício só engana os desavisados ou aqueles que não leram nosso artigo. Eis as duas afirmações utilizadas: 1) "não se trata de defender a melhoria de vida dos policiais"; 2) "é necessário apoiar a greve das PMs contra a fome e a miséria impostas pelo regime capitalista".

Transcrevamos agora as frases no seu devido contexto e ordem textual (LBI inverte a ordem matreiramente):

1) "É necessário apoiar a greve das PMs contra a fome e a miséria. Também é dever revolucionário lutar contra a repressão do Estado contra os grevistas e defender o direito democrático de greve e manifestações, inclusive portando armas. Entretanto, é preciso dizer claramente que a polícia é o braço armado para reprimir o movimento operário e demais camadas de trabalhadores."

2) "A cúpula da polícia recebe uma salário de marajá e orienta totalitariamente os policiais a serem algozes dos trabalhadores. Está aí porque não se trata de defender a melhoria de vida dos policiais para atacar as greves e proteger a propriedade privada dos capitalistas e latifundiários".

Aí estão os dois parágrafos conectados. Por si só, é impossível confundir o que é dito. No primeiro, afirma-se categoricamente que se deve apoiar a greve contra a fome e repressão do Estado, sem omitir o papel das forças repressivas. No segundo, mostramos que não se trata de defender a melhoria de vida dos policiais para que reprimam as massas. Mas reproduzimos o terceiro e quarto parágrafos, para desmascarar mais uma vez os falsificadores da LBI.

3) "A defesa da greve vem no sentido de aprofundar a crise do Estado burguês e desintegrar o aparelho de repressão. Somente com a passagem da parcela oprimida para o lado da classe operária será possível combater a opressão social"

4) "Os policiais e soldados rasos são também vítimas da exploração, mas ao mesmo tempo estão a serviço da sustentação do regime capitalista. Essa



contradição só pode ser resolvida pela luta revolucionária, que inclui a destruição do aparato repressivo e constituição de milícias populares."

O que então dizemos? Dizemos que não se trata simplesmente de defender os salários, mas sim defender a greve no sentido de aprofundar a crise do Estado. Mostramos a contradição da situação do policial raso e colocamos a destruição do aparato repressivo, constituindo as milícias. Os impostores da LBI, para defenderem sua posição reacionária diante da greve, estão obrigados a inventar uma incoerência em nossa posição.

Os cestos e ovos da LBI

A propósito da suposta contradição do POR, a LBI diz que estabelecemos "a política de um ovo em cada cesto". Na realidade, é a LBI que adota a política de ovos e cestos. Reproduzimos a pérola de seu revolucionarismo: "Apesar da Liga Bolchevique Internacionista não apoiar a greve das polícias nossa corrente está absolutamente contra a prisão dos grevistas e suas lideranças pelo Estado burguês, assim nos opomos à repressão desferida contra as manifestações dos policiais pelo Exército".

Que lindo raciocínio! A greve das PMs são reacionárias. Mas a LBI não quer tirar a conclusão prática: logo deve ser derrotada. Ou a LBI acha que deveria sair vitoriosa, sendo contra o movimento? Mostra a cesta, mas esconde os ovos. Fantástica metafísica!

Em seguida diz que embora esteja contra a greve, está contra a repressão ao movimento. Sem dúvida, há situação em que se pode estar contra uma determinada ação, mas estar contra a repressão. Por exemplo, rejeitamos o terrorismo individual, mas lutamos contra a repressão do Estado.

E no caso da greve das PMs podemos estar contra ela e contra a repressão? Dizemos que não. Primeiro, porque a reivindicação salarial das PMs se choca com o Plano geral de fome e miséria do governo; Segundo, porque a greve rompeu a hierarquia e colocou objetivamente as reivindicações democráticas de direito de manifestação das tropas; Terceiro, porque a repressão veio para esmagar o movimento e disciplinar a crise aberta. Assim, desde o início a luta contra a repressão esteve ligada ao apoio à greve contra o governo. Tratava-se de impor a reivindicação salarial e derrotar a repressão. Também nesse caso a LBI naneja os ovos de uma cesta a outra, procurando não quebrá-los.

O PT e PSTU frente à greve

ALBI dá a entender que o PT apoiou a greve, a exceção de Pernambuco. Em realidade, o PT agiu como partido burguês. Temeu que o alargamento da greve e sua radicalização pusessem em

risco a estabilidade democrática. Desta forma, não atuou em favor da vitória do movimento. Reconheceu que os salários eram aviltantes, como fizeram os porta-vozes da burguesia, mas não saiu francamente em defesa da greve. Algumas personalidades ligadas ao PT chegaram a condenar a greve das PMs. O PT esteve mais perto do não apoio do que ao apoio real. O que significa que não apoiou de fato a greve. A LBI não quer admitir isso, mas assim se passou.

O PSTU se colocou abertamente pela greve. Formalmente, colocou-se pela defesa da "dissolução dos corpos repressivos" e sua substituição pelas "milícias populares". Dizemos formalmente porque diante do conflito não defendeu a greve armada e a bandeira de que as armas se voltassem contra o Estado e a burguesia.

Por outro lado, em nome da defesa das reivindicações democráticas, assumiu a bandeira do PT e de certos setores da burocracia do Estado de desmilitarização da Polícia, que como tal acoberta a função de braço armado da burguesia. A defesa da desmilitarização é de reforma do aparato repressivo. Essa bandeira assumida pelo PSTU está em contradição total à destruição da polícia e ao armamento popular. Nada disso a LBI pôde ver, pois não se guia por uma programa revolucionário. Então critica o PSTU através de uma foto da manifestação com dizeres como segurança pública, que de fato deve ser revuados por qualquer corrente revolucionária.

O programa revolucionário, que incorpora as reivindicações democráticas dirigidas às tropas contra a hierarquia totalitária, não pode se mesclar com as manobras burguesas de desmilitarização. Bandeiras como direito de greve, liberdade política de reunião nos quartéis, eleição dos comandos pela tropa, revogabilidade de mandato etc é parte da tarefa de destruição do aparato repressivo, que só virá através da luta das massas e amadurecimento das condições para a revolução proletária, que implica a direção do proletariado pelo partido revolucionário.

Aqui reside a crítica central à posição do PSTU perante a greve e não no fato de tê-la apoiado. No fundo o centrismo é incapaz de ser conseqüente com as proposições revolucionárias, que verbalmente maneja. Mas, como já dissemos, a LBI não está em condições para travar a luta programática e principista contra ninguém.

O trotsquismo particular da LBI

Como era de se esperar, o sagaz redator do artigo contra a greve das PMs tinha de citar Trotsky. "O velho bolchevique russo, Trotsky, era impiedoso com o fetiche do sindicalismo vulgar e nos dá o seguinte exemplo: "um sindicato dirigido por burocratas

reacionários organiza uma greve contra a admissão de operários negros em um determinado ramo da indústria. Apoiaremos uma greve tão vergonhosa? Naturalmente que não" (Em Defesa do Marxismo).

O "velho bolchevique" era "impiedoso" com uma greve contra a admissão de operários negros e os novos "bolcheviques" da LBI são impiedosos com a greve dos PMs que passam fome. Extraordinária lição tira a LBI do exemplo de Trotsky.

Somente um oportunismo-esquerdista poderia transparecer que estamos obrigados a apoiar qualquer greve. Se a greve fosse para comprar mais armas e aperfeiçoar o aparato repressivo, e alguém dissesse que deveria ser apoiada porque afinal é uma greve, então o exemplo de Trotsky tinha sentido no contexto. Mas é puro oportunismo intelectualóide estendê-lo para a greve da PM.

Segundo o raciocínio da LBI, não se pode nunca apoiar uma greve da PM por salário, a não ser quando esta estiver desintegrada e dirigida pelo proletariado. O que tem a ver essa posição com o exemplo de Trotsky? Nada, absolutamente nada! Tem a ver com o particularíssimo trotsquismo da LBI.

Como o POR se colocou em apoio à greve

Sem dúvida uma greve na PM por salário não tem a mesma característica de uma greve salarial de trabalhadores da produção. Isso porque se trata de uma greve de assalariados ligados ao aparato de repressão. O que quer dizer que o apoio deve ocorrer numa situação precisa em que é possível aos revolucionários desenvolverem a política militar do proletariado, que corresponde ao programa da revolução e ditadura proletárias.

O objetivo do apoio é o de colocar para as tropas a necessidade de voltarem as armas contra o Estado e a burguesia. Diante de uma greve que quebra a hierarquia, ganha as ruas e se radicaliza contra os governadores que arrocham o funcionalismo,

NACIONAL



abre-se a possibilidade de intervir com o programa revolucionário. Diante de uma greve em que as tropas são colocadas nas ruas e se abre um confronto entre as tropas, não como não estar apoiando a greve sem impossibilitar desenvolver o programa.

Os esquerdistas-opportunistas gritaram: onde já se viu apoiar a greve da polícia que amanhã reprimirá os trabalhadores! Como apoiar uma greve de assassinos! Se nos guiarmos apenas por isso, então, estare-

mos definitivamente proibidos de apoiar qualquer greve da PM, por mais que esta se choque com os governos e com o Estado. Entretanto, a polícia tanto quanto o exército refletem as contradições do capitalismo, que atingem as tropas empobrecidas. Assim, hoje os soldados poderão estar contra a miséria imposta a eles e as vantagens dadas à oficialidade. Sair em greve e quebrar a hierarquia. Amanhã, retomada a hierarquia voltará a cumprir o papel de braço armado da burguesia. Isso não podemos desconhecer e deixar de dizer em todo momento.

Somente com a destruição total do exército e da polícia, que significa o desmoronamento do Estado, será possível acabar com o poder de repressão da burguesia sobre as massas. Assim, nunca diremos que a polícia deixará de reprimir ou se assassina. Só tem sentido apoiar a greve da PM quando está caminhando por desintegrar a força do Estado e amplia as contradições favoráveis ao avanço do proletariado. Por ter esse caráter específico, o POR apoiou a greve das PMs por permitir colocar em prática a política militar do proletariado.

LBI joga sujo contra o POR

No seu último jornal, a Liga Bolchevique Internacionalista avalia as greves das PMs pelo país. Não nos causa espanto que tal grupo se coloque contra as mesmas. Em artigo nesta edição do Massas, mostramos bem de onde vem tal "posição". Mas o fato grave é que a LBI nos acusa, sem nenhuma indicação de motivo (muito menos de prova, porque não existe), de colaborar com os organismos de inteligência da polícia. A irresponsabilidade desse grupo chegou ao limite intolerável por qualquer militante do movimento operário, popular e camponês. A difamação gratuita, utilizada para travar uma luta suja, coloca a LBI fora de qualquer quadro de intervenção conjunta para qualquer militante honesto. Os que se calam diante do golpe baixo adquirem responsabilidade política por tal crime. Trata-se de rechaçar a conduta larápia da LBI. No VI Concut, distribuimos a nota abaixo, que denuncia a covardia encoberta de palavreado esquerdista.

À Liga Bolchevique Internacionalista

Vocês nos chamaram a fazer uma reunião para discutir uma frente política no Congresso Nacional da CUT. Nós não nos recusamos em princípio discutir uma frente com correntes que se reivindicam do marxismo e não tenham sua existência manchada pela política contra-revolucionária. No entanto, desta vez, não aceitamos a proposta de vocês, porque justamente nesse momento a LBI está fazendo uma acusação contra o POR totalmente perigosa, difamatória e sem nenhum fundamento na realidade.

Vocês dizem que o POR "chegou a colaborar com organismo de inteligência da repressão para

delatarem outras tendências do movimento". Tal injúria é feita no interior do artigo sobre a greve das PMs. Uma coisa é a divergência sobre se é correto ou não apoiar a greve da PM, outra é dizer que o POR colaborou com organismos de inteligência, dando a entender como fato do passado.

Vocês já fizeram muitas acusações absurdas e irresponsáveis, que nós respondemos e os desmascaramos prontamente, como o de acobertar a responsabilidade do PT no episódio do massacre de Corumbiara e agora de acobertar a corrupção desse mesmo partido. Mas nunca chegaram ao ponto de lançar tamanha mentira para nos manchar junto à vanguarda e ao movimento dos trabalhadores.

Se vocês tinham tal acusação por que se reuniram com o POR até mesmo para discutir nossas diferenças políticas no momento em que vocês rompíam com Causa Operária? Por que então demoraram tanto para nos denunciar às correntes, pois, se é verdade que somos

delatores, vocês deveriam nos eleger como inimigo de classe e alertar o movimento do perigo que corriam se relacionando conosco!

Como se vê, vocês passaram do limite. Mentiram covardemente! Criaram uma falsa informação para hostilizar o POR, que em sua trajetória não tem manchas.

Levar a rivalidade a esse ponto é insano ou então expõe uma tendência contra-revolucionária. Será que vocês não aprenderam com a história sobre as falsas acusações contra grandes revolucionários, chamados de agentes da Cia, agentes do imperialismo etc?

Se vocês tiverem um pouco de tino irão se autocriticar por essa imundice, uma vez que vocês não podem provar a acusação. O POR não tem manchas porque é uma corrente programática, que desde a origem de vocês travou uma luta programática, sem nunca sair do terreno dos princípios e do método marxista da luta política.

Construir os Comitês contra a Opressão Social e Política

O Plano Real, quer dizer, as reformas, têm sido implantadas pelo governo ou através de medidas provisórias ou através da aprovação no Congresso Nacional. São medidas que atingem impiedosamente as condições de vida dos trabalhadores. O desemprego crescente, o salário mínimo de R\$ 120,00, o valor dos preços dos aluguéis e a falta de moradia, o corte de verbas na saúde e educação, o êxodo de camponeses e trabalhadores rurais para a cidade confirmam a incapacidade da classe burguesa de satisfazer as necessidades básicas dos trabalhadores e da população. Não podem "fazer" leis em benefício dos explorados porque o sistema capitalista se fundamenta na exploração de uma maioria em benefício da minoria. A concentração de riqueza nas mãos de uma minoria e uma vasta camada de miseráveis.

Quando os movimentos populares e os trabalhadores se manifestam para lutar e defender suas vidas logo são

reprimidos, presos e até mortos, a exemplo dos sem-terra de Corumbiara e Eldorado de Carajás. Nas manifestações contra a privatização da Vale, nos despejos de sem-terra e sem-teto, favelados, as desocupações de fábricas e patrimônios públicos como os casarões (cortiços), ministérios, Incra etc são exemplos da violência reacionária da classe burguesa contra os que lutam contra a opressão social a que são submetidos. Os policiais, os jagunços, pistoleiros e grupos armados particulares são organismos dos quais se utiliza a classe dominante para se manter no poder.

A formação de comitês contra a opressão social e política se constitui no instrumento para barrar a violência de burguesia contra as massas oprimidas e exploradas. A violência reacionária opomos a violência revolucionária da maioria oprimida e explorada.



Fortaleza/CE - Plenária por um "Fórum Alternativo dos Movimentos Sociais", vitória do stalinismo e da burocratização

No dia 02 de agosto, realizou-se em Fortaleza, a plenária por um "Fórum Alternativo dos Movimentos Sociais", sugerido pelo "Contra a Corrente" (CaC) e pela Frente Revolucionária (FR) com o objetivo de formar um genérico "novo campo no movimento de massas" com uma "nova estratégia" contrária à frente popular. O evento contou com a participação de estudantes, servidores públicos, camponeses, professores, telefônicos e ativistas de movimentos de bairro.

O POR fez parte da "comissão organizadora", apesar da dissimulada política de veto do CaC. Na plenária, através de documento, buscou contribuir para a estruturação da luta antiimperialista e anticapitalista. No entanto, as correntes majoritárias (CaC, FR), por meio de provocações e manobras, procuraram burocratizar esta perspectiva de frente única contra a ofensiva antinacional e antipopular da burguesia brasileira e do imperialismo.

As Raízes do Oportunismo

Os fundamentos do ataque à democracia operária e à unidade contra as "reformas" pró-imperialistas está nos "programas" e "estratégias" do CaC e FR.

O grupo "Contra a Corrente" é uma reedição mal acabada do falido PLP (Partido da Libertação Proletária), oriundo dos inúmeros rachas do stalinismo no Brasil. Partindo de uma análise meramente economicista (a concentração da produção e do capital), defende a tática etapista de "frente antimonopolista", elaborada pelo PC francês no pós-guerra. Pior, nega a opressão nacional exercida pelas potências imperialistas sobre os países capitalistas atrasados, adotando o conceito nacionalista-burguês de dependência, tão caro a FHC. No entanto, é no movimento, na luta de classes que se revela o caráter não-marxista deste agrupamento. O DCE-UFC, dirigido pelo CaC, por exemplo, é de um corporativismo gritante, não participa das mobilizações de massa, nega-se a defender as reivindicações elementares

do movimento operário-popular e ainda cobra taxa pela carteira de estudante, sem exigir que a mesma seja financiada pela universidade.

Já, a Frente Revolucionária, caracteriza-se pelo ecletismo ideológico (guevarismo, maoísmo, gramscianismo etc.) e pela ausência, em nível nacional, de uma atuação unificada, por falta de um programa definido. Este caráter reflete-se, no Ceará, na constituição de dois pólos que tendem a se excluir. De um lado, um setor classista, que luta contra a ofensiva pró-imperialista nas telecomunicações, não se negando a fazer frente única com o POR. De outro, uma ala direitista, que no SINTSEF destila um anti-trotskismo grosseiro para acobertar seu oportunismo político, como uma recente tirada de delegados para o VII CECUT, quando, aliada à LBI, incluiu em sua chapa ativistas do PSDB.

Diante deste quadro, o resultado era previsto: a unidade do CaC com a direita da FR contra as posições do POR.

Os Ataques à Democracia Operária e a Luta Unitária dos Trabalhadores

Nos pontos de organização e plano de lutas, as divergências entre as posições revolucionárias e oportunistas cristalizaram-se.

O POR defendeu a estruturação do movimento sob a forma de "Comitês contra a Opressão Social e Política" com caráter de massa e a eleição de uma "comissão executiva" com representantes das correntes políticas e dos setores presentes.

Tal proposta foi combatida, pela CaC e direita da FR, com a tese antimarxista de "autonomia dos movimentos sociais", criada por ideólogos burgueses para negar a luta de classes. O objetivo foi claro; além de excluir o POR da comissão, evitar o desenvolvimento da consciência de classe, através da democracia operária, no seio das massas. No final, a "comissão executiva" ficou composta, em sua maioria, por militantes e simpatizantes do CaC e da FR.

No plano de lutas, o POR apresentou uma série de campanhas unitárias (contra as privatizações, a reforma administrativa, as perseguições políticas, a restauração capitalista em Cuba etc.), o que nem o CaC teve coragem de rebater. Somente a ala direita da FR, foi contra a aprovação de qualquer campanha, chegando a dizer, no caso da "reforma administrativa", a CONDSEF e os sindicatos dirigidos pelo reformismo já estavam lutando contra ela.

Felizmente, a plenária rejeitou esta capitulação ao reformismo, assimilando a necessidade de combater unitariamente a ofensiva da burguesia e do imperialismo, inclusive com um boletim.

As Perspectivas do "Fórum"

Apesar das posições das correntes majoritárias, este movimento pode aglutinar setores de massas (assentamentos, ocupações urbanas, organizações por local de trabalho), que estão em processo de rompimento com a política de frente popular. O que só será possível através da constituição de uma fração revolucionária que organize a luta antiimperialista e anticapitalista sob a estratégia da revolução e ditadura proletária (governo operário e camponês).

Nacional



CPI dos precatórios termina pela 3ª vez

A CPI dos precatórios foi perdendo importância com o passar dos meses. Inicialmente, o senador Roberto Requião obteve a aprovação de seu relatório, que responsabiliza os governadores de Santa Catarina, Pernambuco e Alagoas, seus respectivos secretários de Fazenda, e também os prefeitos e secretários de finanças das cidades de São Paulo, Campinas, Osasco, Guarulhos. Instituições financeiras, fundos de pensão e "laranjas" também foram listados pelas fraudes cometidas na emissão e vendas irregulares de títulos públicos. Com a aprovação do relatório, Requião encerrou os trabalhos da CPI. Mas, logo a seguir, uma parte dos senadores chegou votar emendas ao relatório de Requião, para excluir do mes-

mo os governadores e prefeitos, e encerrou pela segunda vez a CPI. O caso teve de passar pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, que acabou considerando válido o primeiro relatório de Requião.

Os senadores que aprovaram o 2º relatório pretendiam acabar com o caso dos precatórios logo ali, mas Requião conseguiu apoio para reverter esse quadro e passar a responsabilidade pela impunidade dos governantes a outros, ao poder judiciário.

No final das contas, a CPI rendeu muito eleitoralmente para Requião, desgastou governadores e prefeitos e acabou, como todas as outras. Mais uma vez, ficou provado que as CPIs só servem às barganhas

interburguesas, não julgam os culpados e ainda conferem certidão de honestidade aos corruptos, como o próprio Requião.

As massas trabalhadoras devem rejeitar as ilusões que se lhe apresentam através das CPIs e lutar para constituir os tribunais populares, instrumentos de luta dos oprimidos contra a burguesia corrupta.

Convocar uma Plenária Nacional de Base para Unificar as Lutas contra o Plano Neoliberal

O Plano Real tem como objetivos eliminar a moradia, cortar investimentos em estatais e com os serviços públicos como saúde, educação, moradia, previdência etc.; estimular as privatizações, demissões massivas do funcionalismo público e privado; aumentar os impostos. Em três anos de aplicação deste plano pelo governo FHC (PSDB/PFL), ele conseguiu causar uma média de 16% de desemprego no país, privatizar estatais como a Vale do Rio Doce dentre outras, pôr fim à estabilidade no emprego; aumento da dívida externa e 100% da interna, congelamento salarial e inflação de 64%; reforma da previdência (acaba com a aposentadoria por

tempo de serviço) etc.

O governo tem encontrado obstáculos para o avanço do seu plano mais nas divisões interburguesas, do que pela ação organizada do movimento operário e popular. Isto porque as direções da CUT, UNE, sindicatos e DCEs etc. são dominadas pelo reformismo (PT e aliados). Estes apontam os aspectos negativos do plano, propondo mudanças através da pressão institucional. Integram-se cada vez mais ao Estado burguês apontando as eleições como saída e negando a greve e ocupações (os métodos de ação direta dos explorados). Mesmo assim, os trabalhadores contrários a estas direções têm lutado. A exemplo disso as Pms entram em greve em várias capitais como Belo Horizonte, Campo Grande etc, além de ameaças noutras capitais.

O governo centraliza a ofensiva capitalista contra os trabalhadores. É preciso se organizar de conjunto para combatê-lo. Para tal é necessário a luta nacional das massas, unitária centralizada e organiza-

da. É preciso formar as comissões de base a partir das assembleias operárias, subordinando as direções e com poderes acima delas, e sua unificação através de uma plenária nacional de base, capaz de cumprir a tarefa imediata de erguer um movimento nacional pela derrubada integral do plano antinacional e antipopular de FHC.

Por essas razões lutemos:

Abaixo o governo Wilma, Garibaldi, FHC;

Pela greve geral por tempo indeterminado;

Frente Revolucionária Antimperialista;

Pelo governo operário e camponês;

Pela expropriação geral do grande capital industrial, financeiro comercial e fundiário;

Pelos Tribunais Populares;

Todo apoio às ocupações e construir os comitês de autodefesa

(Distribuída em 25/07/97)

Conjuntura Atual: É Possível a Reforma Agrária?

O MST é o movimento social do momento, que tem resistido heroicamente ao plano neoliberal de FHC (PSDB/PFL). Por isso ganha a simpatia dos explorados como foi manifestado no dia 17 de abril.

O governo federal, lúcido desta situação, tenta a todo custo derrotar o MST. Assim, espalha mentiras, reprime o movimento, resultando em massacres (Eldorado dos Carajás, Corumbiara etc.) e persegue suas lideranças. Atualmente a burguesia realiza uma ofensiva contra o MST:

condenou José Rainha, persegue Pedro Stédille e Gilmar Mauro. Além da medida de lei que proíbe a desapropriação de terras ocupadas.

As correntes que se reivindicam de defenderem os trabalhadores não podem se calar. Precisam realizar debates que esclareçam, armem e combatam ideologicamente a burguesia. Mas só isso não basta! A formação de um comitê com as diversas correntes operárias contra a perseguição política e apoio às ocupações do MST se impõem categoricamente. Podemos ter diferenças quanto ao rumo que a direção do MST dá à luta camponesa. Mas devemos entender por um lado que o ataque às suas lideranças é um combate a todos os camponeses do MSI independentemente de suas idéias. Por outro lado, devemos impedir a intervenção do

Estado em nosso movimento: somente os camponeses, em suas assembleias ou congressos podem ajustar suas lideranças como resultado de avanço de sua consciência política e não por meio do desaparecimento físico (assassinato) ou desmoralização pessoal. A disputa é travada no campo político.

Neste sentido, o POR (Partido Operário Revolucionário), convida você a participar da palestra/debate com o MST sobre o tema: "Conjuntura Atual: as possibilidades de reforma agrária", às 20 horas do dia 22/07, na Escola Ubaldo Bezerra, em Ceará-Mirim. Na ocasião fundar-se-á o comitê de apoio ao MST e contra as perseguições políticas.

Contamos com sua presença.

Saudações revolucionárias

(Convite para debate junto ao MST)

Debate

O POR e a Situação da Bolívia

É preciso compreendermos a situação boliviana se quisermos entender os avanços que o POR tem possibilitado para a politização revolucionária das massas, materializando-se na luta daquele povo ao enfrentar a repressão burguesa sobre a classe oprimida.

Os fatos políticos bolivianos em termos de organização das massas sob orientação do POR se constituíram em grande exemplo para toda a América Latina. A Bolívia é o

único país que nos últimos anos tem enfrentado estado de sítio, greve geral por tempo indeterminado etc., como prova do acirramento da luta de classe no atual estado de entreguismos das riquezas dos países semicoloniais ao imperialismo, fruto do conluio firmado entre a burguesia local com a burguesia dos países imperialistas representadas pelas multinacionais.

É preciso que busquemos aprofundar o que aconteceu de fato na Bolívia no dia 9 de abril de 1952, se foi uma revolução social ou uma revolução política e que papel o POR desempenhou no momento, bem como em que nível de organização este partido se encontrava à época do 9 de abril.

Defender o POR boliviano significa para nós defender a construção de um partido que busca reconstruir a IV Internacional fortalecendo o internacionalismo proletário, capaz de criar a sociedade socialista, possível de pôr fim ao sistema capitalista moribundo que vem no mundo inteiro esmagando a vida das massas de forma extremamente cruel e perversa.

Para discutir sobre a situação da Bolívia estamos lhes convidando para participar de um debate que realizar-se-á na sede do SINTSEF em frente a Receita Federal na Ribeira no dia 01/07/97 às 18 horas.

(Convite para debate sobre a situação na Bolívia)



As facetas da burocracia sindical

Depois de várias artimanhas estranhas ao movimento operário, a direção do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Açúcar finalmente revela a sua face burocrática e reacionária. Trata-se do seu novo presidente Sr. Antonio, recentemente eleito de forma bastante suspeita, que teve como um dos seus primeiros atos a expulsão do Sindicato dos Trabalhadores em Educação - Regional de Ceará-Mirim, sediada naquela entidade sindical.

Apesar de ter se utilizado de argumentos vazios para justificar tal atitude, o que isto revela na verdade é a sua dificuldade de conviver com o nosso sindicato por sermos política e ideologicamente opostos. Esta oposição se manifesta pelo fato de nós, enquanto SINTE, sermos filiados à Central Única dos Trabalhadores - CUT, e o outro um sindicato não cutista, mas

principalmente pela prática pelega e conciliatória que tal sindicato tem conciliatória ano após ano. É sabido que não existe democracia no interior desse sindicato nem mesmo na hora de filiação, pois a mesma é automática: ao trabalhador não é dado o direito de decidir se quer ou não ser filiado; nos momentos em que se deveria estar em campanha salarial, através de movimentos e lutas envolvendo o conjunto da categoria, o que acontece são reuniões (chamadas de audiência) entre patrões e a direção, onde são firmados acordos, que em nada beneficiam os trabalhadores.

Diante do exposto só podemos concluir que, para um sindicato desse porte, não existe nenhuma necessidade de preservar uma relação saudável e solidária entre os sindicatos. Isto se não considerarmos que ter um sindicato cutista por

perto pode trazer para o seu sindicato pelego o risco de interferências. No nosso ponto de vista, esta atitude é anti-operária e caracteriza uma direção que colocará o sindicato a serviço dos patrões. Logo, é importante a base operária se organizar por local de trabalho, chamar assembléias, convocar novas eleições com base na democracia operária e expulsar esse corpo enfermo do movimento operário.

SINTE / RN - REGIONAL
DE CEARÁ-MIRIM
PARADA NACIONAL -
25/07/97 - RUMO À GREVE
GERAL

Abaixo FHC e o Plano Real

A Miséria dos trabalhadores do nosso país tem aumentado a cada dia: fome, desemprego, a volta de doenças causadas pela fome, como a tuberculose. As escolas públicas, os hospitais funcionam precariamente, é a população pobre que é atingida diretamente.

O governo FHC, juntamente com governos e projetos atacam cada vez a classe trabalhadora, através do Plano Real que congelou os salários e impôs o trabalho temporário e aumentou o salário mínimo em R\$ 8,00, o que somou para R\$ 120,00, o que significa que muitos trabalhadores morreram de fome ganhando esse salário, enquanto deputados, senadores, vereadores e prefeitos ganham salários altíssimos chegando a R\$ 12.000,00.

As condições de trabalho de todos os trabalhadores pioram, sejam no campo ou na cidade. Nas fábricas, aumentaram a jornada de trabalho, nas fábricas têxteis, a jornada passou de 8 horas para 12 horas sem aumento salarial, isto quer dizer que os patrões aumentaram os seus lucros com mais exploração. Também é assim nas usinas, onde os usineiros do nosso Estado cada vez enricam mais.

SINDICATO É PARA LUTAR!

Os sindicatos cumprem um papel muito importante. Devem organizar e mobilizar os trabalhadores contra a escravidão a que estão submetidos os operários, organizando a luta contra os patrões e o sistema capitalista responsável por essa exploração. O que não acontece com o Sindicato da Indústria do Açúcar de Ceará Mirim. Enquanto no dia 25/07 as categorias se mobilizaram e foram às ruas, algumas até pararam, o presidente deste sindicato, disse que: "os trabalhadores desta indústria estavam muito bem". Frase de pelego, que em vez de defender os trabalhadores defendem os patrões. Sem contar que se elegeu de forma ilegal, dando um golpe na democracia operária, sua primeira atitude no sindicato foi expulsar os companheiros do Sindicato dos Trabalhadores em Educação - SINTE, porque é um sindicato de luta. Queremos chamar os trabalhadores a lutarem e se organizarem junto com os demais trabalhadores, e começar a discutir uma greve geral nesse país para pôr abaixo FHC e o Plano Real como também a participarem do sindicato, se organizando e lutando

para construir uma direção combativa, que lute contra os patrões e ponha abaixo essa direção pelega, que não representa os trabalhadores:

- construir uma direção de luta para o sindicato
- construir uma greve geral no país.

- construir uma Frente Revolucionária Anticapitalista

- contra o desemprego, pela redução da jornada de trabalho, sem redução salarial

- salário mínimo de R\$ 1.800,00

- todo apoio as ocupações
- terra para os camponeses pobres
- pela Aliança Operário Camponesa.

(Nota distribuída a operários de uma usina no RN)

Movimento Operário



Judiciários - SP

Repressão dos seguranças do Tribunal de Justiça acaba ajudando a propaganda política

Na última semana de julho a polícia militar e a guarda do tribunal de justiça tentaram impedir que o nosso companheiro fizesse a distribuição do boletim da Corrente Proletária do Judiciário. Eles mesmos confessaram que recebiam ordens expressas de proibir a divulgação de nosso material na frente do prédio e tentaram inclusive tomar os panfletos. A medida é claramente política, pois nosso material tem propagandeado a denúncia do congelamento de salários, da quebra da estabilidade e tem defendido a greve. Após um recuo provisório, voltamos com mais camaradas no dia seguinte e escolhemos um lugar onde passa a maioria dos funcionários

e longe da ação da polícia. Lá, enquanto um companheiro gritava denunciando a repressão da polícia, os outros distribuía o boletim. O resultado é que os funcionários ficaram indignados e muitos pegavam vários panfletos distribuindo-os dentro do Fórum. A lição que devemos tirar é que quando fazemos a justa denúncia utilizando com destreza a opção do trabalho ilegal, podemos fazer com que a ação autoritária dos patrões se volte contra eles que a desferiram.

PCO impede oposição sindical de distribuir seu boletim à base de paus e porradas

Os campeões da democracia operária em palavras mostram nos fatos o que são. A oposição sindical organizada pelo PSTU foi espancada quando distribuía um panfleto de denúncia contra a direção do Sindicato dos Frios. Esta havia se recusado a defender um operário demitido pelos patrões da Frigobrás, simplesmente por estar organizando uma oposição. Manoel Reis Miranda era cipeiro e estava ainda na carência que lhe assegurava a estabilidade. Nenhuma palha foi movida pela direção dos Frios, dirigida por PCO, exigindo sua reintegração. Pior ainda: a demissão de "Mané" foi parte do fechamento de uma seção inteira, que também não foi defendida pela direção do sindicato controlado pelo PCO.

Segundo a oposição, o Sindicato não cumpriu a exigência de convocação pública das eleições. Fez tudo o mais apressado e escondido possível. Lembra-nos os pelegos, não? São os pelegos da "revolução socialista". Em nome da construção do PCO, vale tudo: eliminar a democracia sindical, desconhecer a perseguição patronal aos membros da oposição, sonegar informação solicitada e armar um grupo de bate-paus, aos moldes do que faz o MR-8, etc.

Se a burocracia age assim, é gangsteril. Se PCO age assim, é "revolucionária". Está defendendo a construção do PCO, o único em tudo.

Um grupo pequeno-burguês que se apossa de um sindicato não pode agir de outra maneira. Está obrigado a sufocar o nascimento de qualquer oposição com os métodos estranhos à política operária. Método do espancamento de opositoristas que pertencem ao campo do movimento operário e das manobras aparelhistas.

Se isso tivesse ocorrido pela primeira vez, poderíamos pensar que foi apenas desespero. Anteriormente, fez o mesmo com militantes do POR (com a diferença que levou o troco na porta da fábrica) e com a LBI, corrente

essa irmã siamês de PCO. Lembramos que o MR-8 ficou famoso por aplicar o método estalinista de perseguir os opositores a pau. O PCO é peixe pequeno frente aos estalinistas do MR-8, mas começa ganhar notoriedade.

O Partido da Causa Própria só não pode dizer que aprenderam de Trotsky que o método do espancamento é correto. Aprenderam com o estalinismo e com a burocracia gangsteril. Aprenderam a pegar desprevenidos os adversários do campo operário. Preparam uma maioria com cacetes (9 contra 3) para vencer e dar vivas à sua combatividade. Que nome leva essa esperteza? O leitor certamente já deduziu.

Quem acha que burocracia é só com Articulação. Força Sindical etc. erra. Os esquerdistas, que mancham o marxismo, também procuram construir seus recantos próprios às custas do dinheiro do sindicato. É essa política que está por detrás dos paus.

O PCO distribuiu um panfleto no qual procura explicar o confronto com o grupo opositor. Reconhece que não defendeu a estabilidade de "Mané", justificando que este nunca participou das lutas da categoria. E acusa o PSTU de ser apoiador da Frente Popular do PT. Aqui se junta o oportunismo sindical com o cinismo descarado. Primeiro, o PCO "cria" um critério para se defender um trabalhador demitido ou sob ameaça de demissão: se é considerado pelo PCO como "de luta", então deve ser defendido. Se não, a direção dos Frios o abandona ao ataque patronal. Trata-se da quebra de um princípio elementar da democracia operária: diante de um confronto entre patrões e trabalhadores, é preciso se colocar incondicionalmente pela defesa do explorado contra o explorador, não importam as divergências políticas, nem se o operário é "de luta" ou não. Quando o PCO estabelece critérios para a defesa de um demitido, viola flagrante-

mente esse princípio elementar e o subordina à defesa de seu controle do aparelho sindical.

Quanto à crítica ao PSTU, o PCO se coloca como o roto falando do rasgado. O PCO tem se notabilizado pelo malabarismo político, procurando explicar seus apoios à candidatura de Lula nas presidenciais, tentando desvinculá-la da Frente Popular que o sustenta. Contradiz freqüentemente a tese marxista da impossibilidade dos explorados chegarem ao poder pela via eleitoral, com sua bandeira do "governo dos trabalhadores da cidade e do campo" (agora incorporada pelo PSTU), ou "das organizações operárias e camponesas", ou outra semelhante, de acordo com a "criatividade" de seus dirigentes. Certamente o PCO não tem nenhuma autoridade política para criticar o PSTU por aquilo que ele mesmo faz.

O grupo opositor, apoiado pelo PSTU, não mostrou que baseia sua organização num programa revolucionário, mas muito mais na crítica ao aparelhismo de PCO. Os militantes honestos e combativos que se colocam por uma oposição à direção burocratizada dos Frios está mal orientado sob a orientação do PSTU. Trata-se de uma corrente que, apesar do palavreado esquerdista, reproduz a burocratização nos sindicatos que dirige, e tem como tática essencial o apoio crítico ao reformismo petista, seja nas eleições, seja nos movimentos. A derrota da direção burocratizada dos Frios depende da estruturação de uma autêntica oposição revolucionária, cujo ponto de partida é a defesa do programa revolucionário, que inclui a democracia operária, portanto a defesa incondicional dos trabalhadores sob ataque patronal, e a independência de classe, portanto o combate às posições conciliadoras de classe (reformismo). Nem o PCO nem o PSTU podem sustentar conseqüentemente esses princípios.

Novamente Causa Operária utiliza métodos gangsteris para se manter no sindicato

No Massas nº 13 de março de 1991 denunciávamos que no dia 13 de março, Causa Operária (PCO) agredia covardemente duas diretoras do Sindicato dos Frios, Francisca e Hilda, que estavam na porta da Sadia (Frigobrás) denunciando a tentativa dos diretores ligados a PCO de expulsá-las da direção do Sindicato. Nesta ocasião, 10 militantes desta corrente davam cobertura enquanto as militantes de Causa Operária agrediam com segurança as militantes opositoristas. Francisca e Hilda fizeram parte da Causa Operária, mas o fato de verem diariamente a corrupção com que esta corrente surrupiava dinheiro dos trabalhadores para se sustentar fez com que elas rompessem com essa organização e passassem a constituir um bloco opositor, apoiado pelo POR, no interior da direção. Isto fez com que fossem proibidas de entrar na sede do sindicato, e, depois, expulsas da diretoria, o que permitiu aos patrões demiti-las, pois deixa-

ram então de ser estáveis.

Seis anos depois, a mesma prática é repetida, no dia 31 de julho de 97, militantes do PSTU foram agredidos em frente a mesma Sadia por militantes de PCO, por estarem distribuindo um boletim pela campanha de reintegração de Manoel Reis de Miranda (demitido quando estava no prazo de carência da CIPA).

Os diretores do Sindicato dos Frios, ligados ao PCO, se negaram a defender Manoel, inclusive não fornecendo documentos que comprovassem sua estabilidade. Apesar disso, Manoel conseguiu entrar com uma liminar e garantir sua eleição na CIPA como o mais votado. Desde então os militantes de PCO vêm ameaçando o companheiro Manoel e os demais membros do Grupo de Oposição.

Todas as correntes comprometidas com a democracia operária devem denunciar tais absurdos cometidos por Causa Operária.



Campanha dos 150 anos do Manifesto Comunista

Damos continuidade à tradução do texto de Leon Trotsky sobre o Manifesto do Partido Comunista, escrito em outubro de 1937, dedicado aos 90 anos de sua existência. No Massas 136 e 137 publicamos a primeira e a segunda partes. E, agora, a terceira parte.

90 anos do Manifesto Comunista (última parte) - por Leon Trotsky

12. "Os trabalhadores não têm pátria". Essas palavras do Manifesto foram mais de uma vez avaliadas pelos filisteus como um estímulo agitado. De fato, elas deram ao proletariado a única direção concebível no que diz respeito à questão da "pátria" capitalista. A violação desta orientação pela II Internacional teve como consequência não só 4 anos de devastação na Europa, mas também o atual estancamento da cultura mundial. Diante da nova guerra já iminente, possibilitada pela traição da III Internacional, o Manifesto ainda hoje continua sendo o conselheiro mais digno de confiança no que toca ao problema da "pátria" capitalista.

Assim, vemos que a produção conjunta e relativamente breve de dois jovens autores, ainda continua oferecendo diretrizes insubstituíveis a cerca das questões mais importantes e candentes da luta pela emancipação. Que outro livro poderia se comparar sequer de longe com o Manifesto Comunista? Mas isso não implica que, depois de 90 anos de desenvolvimento sem precedentes das forças produtivas e vastas lutas sociais, o Manifesto não necessite correções e nem adendos. O pensamento revolucionário não tem nada em comum com a adoração de ídolos. Os programas e os prognósticos se põem à prova e se corrigem à luz da experiência, que é o critério supremo da razão humana. O Manifesto também requer correções e adendos. Entretanto, como evidência a experiência histórica, estas correções e adendos só podem ser feitos com êxito se se procede de acordo com o método que está na própria base do Manifesto. Trataremos de indicar isto em várias instâncias mais importantes.

1) Marx ensinou que nenhum sistema social desaparece da arena da história antes de esgotar suas potencialidades criativas. O Manifesto censura violentamente o capitalismo por retardar o desenvolvimento das forças produtivas. Entretanto, durante aquele período, como também nas décadas seguintes este atraso era de natureza somente relativa. Se tivesse sido possível na segunda metade do século XIX organizar a economia sobre bases socialistas seus ritmos de crescimento teriam sido incomensuravelmente maiores. Mas este postulado teoricamente irrefutável não invalida o fato de que as forças produtivas continuaram expandindo-se em escala mundial até as vésperas da Guerra Mundial. Só nos últimos 20 anos, em que pese as mais

modernas conquistas da ciência e da tecnologia, começou a época de decido estancamento e ainda de decadência da economia mundial. A humanidade está começando a gastar seu capital acumulado, enquanto a guerra ameaça destruir as próprias bases da civilização nos anos vindouros. Os autores do Manifesto pensavam que o capitalismo seria derrotado muito antes de chegar o momento em que se transformaria de um regime relativamente reacionário em um regime absolutamente reacionário. Esta transformação ganhou sua forma definitiva somente diante dos olhos da atual geração, e converteu nossa época na época de guerras, revoluções e fascismo.

2) O erro de Marx e Engels em relação às datas históricas aconteceu, por um lado, devido à subestimação das possibilidades futuras latentes no capitalismo e, por outro, à sobrevalorização da maturidade revolucionária do proletariado. A revolução de 1848 não se converteu em uma revolução socialista como tinha prognosticado o Manifesto, senão que abriu para a Alemanha a possibilidade de um vasto ascenso capitalista no futuro. A Comuna de Paris demonstrou que o proletariado não pode arrancar o poder da burguesia se não tem para conduzi-lo um experimentado partido revolucionário. Entretanto, o período de prolongada prosperidade capitalista, que se seguiu, não produziu a educação da vanguarda revolucionária, mas sim a degenerescência burguesa da aristocracia operária, o que por sua vez se converteu no principal freio à revolução proletária. A natureza das coisas tornou impossível que os autores do Manifesto pudessem prever esta "dialética".

3) Para o Manifesto, o capitalismo era ... o reino da livre concorrência. Enquanto que fazia referência à crescente concentração do capital, o Manifesto não tirou a necessária conclusão em relação ao monopólio que se converteu na forma capitalista dominante em nossa época e no mais importante pré-requisito para a economia socialista. Só mais tarde, no "O Capital" Marx estabeleceu a tendência para transformação da livre concorrência em monopólio. Foi Lenin quem deu uma caracterização científica do capitalismo monopolista em seu "Imperialismo".

4) Baseando-se fundamentalmente no exemplo da "revolução industrial" na Inglaterra, os autores do Manifesto

apresentaram de maneira demasiadamente unilateral o processo de liquidação das classes intermediárias, como uma completa proletarização do artesanato, pequenos ofícios e campesinato. De fato, as forças elementares da concorrência estão muito longe de ter completado esta tarefa simultaneamente progressiva e bárbara. O capitalismo arruinou a pequena burguesia mais rapidamente do que a proletarizou. Mais ainda, o Estado burguês desde há muito instrumenta uma política conscientemente dirigida à manutenção artificial de estratos pequeno-burgueses. No pólo oposto, o desenvolvimento da tecnologia e a racionalização da indústria em grande escala engendram desemprego crônico e obstaculizam a proletarização da pequena-burguesia. Paralelamente,

o desenvolvimento do capitalismo acelerou ao extremo o surgimento de legiões de técnicos, administradores, empregados de comércio, em resumo, a chamada "nova classe média". Em consequência, as classes intermediárias, as quais se refere o Manifesto em forma tão categórica são, mesmo em um país tão altamente industrializado como a Alemanha, em torno da metade da população. Porém, a preservação artificial da antiga camada pequeno burguesa de nenhuma maneira diminui as contradições sociais, pelo contrário, investe-as de uma especial malignidade, e, junto com um exército permanente de desempregados, constitui a expressão mais malévolada da decadência do capitalismo.

Internacional



Nossas diferenças fundamentais com o foquismo

Este texto foi extraído das edições Muela del Diablo, escrito por Guillermo Lora, de julho de 1997. Anteriormente, no Massas 136, reproduzimos a crítica do POR ao foquismo feita em seu momento. Agora, transcrevemos este texto, que mantém a essência da posição do POR boliviano em relação a Che Guevara.

Partimos do convencimento de que o Che é foquista e que a consequência do fracasso de seu método de luta vem se expressando atualmente na política de Fidel Castro, contrário ao marxismo e à luta revolucionária.

Quando mostramos nosso rechaço total a esse método de luta estamos expressando as diferenças políticas-ideológicas que nos separam de Che e do castrismo em seu conjunto. É nossa obrigação mostrar de maneira correta, clara e no presente caso sintética - porque nossa política é o contrário da sustentada por Che e por Castro:

1º- Sustentamos que a revolução social não pode excluir por princípio a utilização das guerrilhas, mas sustentamos que estas são uma guerra irregular, protagonizada pelas massas, pelos setores populares e não por foco elitista. Em síntese, o foco é a negação da guerrilha, o que nos obriga a rechaçá-la.

2º- Voltemos a nossa antiga colocação, que supõe uma objeção séria ao foquismo, as condições econômicas, objetivas estão maduras para a revolução social - por isto dizemos que é uma necessidade histórica -, basicamente em escala mundial, porque esse é o caráter da economia capitalista.

Mas para que esta necessidade histórica se transforme em realidade é imprescindível a presença do proletariado como classe, ou seja, organizado em partido político, que não pode ser substituí-

do por nenhum outro elemento, ou organização.

Se o proletariado não é classe para, si vale dizer, independente da classe dominante tanto política como organizativamente - a este extremo é levado quando é derrotado o foco armado - não pode conceber-se a vitória da revolução social, da ditadura do proletariado.

3º- O maior equívoco de Che e do foquismo está em que sustenta que o foco armado supõe a superação da ausência do Partido Revolucionário do proletariado e até a maturidade da economia capitalista para o comunismo. Não podemos aceitar nada disso porque supõe proclamar a derrota do processo revolucionário.

4º- Dizemos que os explorados e oprimidos chegarão a ser governo (ditadura do proletariado e em nosso país governo-operário e camponês) utilizando o método da ação direta (greve geral, que leva em suas entranhas o germe da insurreição, mobilizações, boicotes, guerra de guerrilhas etc.) e de nenhuma maneira o caminho parlamentarista ou eleitoreiro.

5º- O acima supõe que as massas devem usar a violência em suas múltiplas manifestações e que somente nessas condições pode ser considerada revolucionária. É por isto que dizemos que unicamente aceitamos a guerra de guerrilhas quando é protagonizada pelas massas; são estas e não os líderes ou intelectuais que fazem ou escrevem a história.

6º- O foco armado, suas ações, são também violência, mas não pode ser considerado revolucionário porque se

concebe, se organiza e atua, à margem das massas, ignorando-as e até querendo substituí-las, em muitos casos invocando a justificativa cristã de evitar o derramamento de sangue das massas, dos operários etc. Trata-se de uma violência não necessária que algumas vezes pode transformar-se em um fator que obstaculiza o desenvolvimento da consciência de classe, do partido político.

A consciência de classe se traduz em teoria política, em partido revolucionário. O foco armado estranho aos operários e oprimidos pode realizar muitas ações heróicas, mas pela sua própria natureza não contribuíram ao desenvolvimento da consciência daqueles, porque está à margem de sua própria experiência, que é um dos elementos fundamentais para a elaboração da teoria revolucionária.

7º- A crítica dos fundamentos do foquismo, do castrismo, dos escritos e feitos de Che é imprescindível para a estruturação do Partido Revolucionário - expressão da consciência de classe do proletariado, de sua finalidade estratégica -, ou seja, para a vitória da revolução social, para sepultar o capitalismo putrefato e para abrir o caminho até o comunismo.

Entregamos aos leitores esta descarnada crítica ao foquismo na esperança de que possa servir de ponto de partida para a discussão que nos leve a contribuir para a politização das massas, que tantas provas vêm dando de sua vontade de acabar com a classe dominante que tão abertamente serve ao imperialismo.

Guillermo Lora - Julho/1997.

Internacional



Vigência do Manifesto Comunista

Debate com Dirigentes do MST

21 de agosto (quinta-feira) 19:30 hs. no Sindiprol - Pça. La Salle 83

Apoiam: ADUEL, SINDIPROL e DCE

Convoca: Comitê de comemoração do 150º aniversário do Manifesto do Partido Comunista

